



CÂMARA MUNICIPAL DE PENALVA DO CASTELO

Processo n.º 09/2025 GF

CONSULTA PRÉVIA

CPG/5/2025 GF

Renovação da Plataforma de Gestão Municipal de Educação por 36 Meses

(Ao abrigo da alínea c), n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, doravante designado por CCP)

CADERNO DE ENCARGOS

(Artigo 42.º do CCP)

PARTE I – CLÁUSULAS JURIDICAS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objecto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços de “Renovação da Plataforma de Gestão Municipal de Educação por 36 Meses”, da responsabilidade do Município, no atual quadro legal de competências no domínio da Educação.

Cláusula 2.^a

Local da prestação do serviço

O local da prestação do serviço é no Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo.

Cláusula 3.^a

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respectivo clausulado e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicadas.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal.

Cláusula 4.^a

Prazo de vigência do contrato

- 1 – O contrato mantém-se em vigor por um período de 36 meses, a contar da data da sua celebração.
- 2 – O contrato manter-se-á em vigor por 36 meses, se nenhuma das partes o denunciar com a antecedência de 60 dias, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam prevalecer para além da sua cessação.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a) Garantia dos bens;
- b) Verificação, análise e validação de movimentos contabilísticos à entidade prevista na Cláusula 1.^a;
- c) Acompanhar e auxiliar as operações e movimentos contabilísticos efetuados pelos serviços administrativos do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo;
- d) Assegurar serviços de suporte, de acesso remoto permanente, e presencial, quando este se revele necessário, designadamente aquando da conta de gerência ao Tribunal de Contas;
- e) Garantir a confidencialidade dos dados e encriptação das informações transmitidas;
- f) Implementação e formação a todos os técnicos envolvidos no processo no período do contrato;
- g) Elaborar relatórios dos serviços prestados;
- h) Capacidade técnica para trabalhar com as soluções usadas nas escolas e município – *software* Inovar e plataforma SIGA;
- i) Deslocações às instalações do Município sempre que solicitado, durante o período do contrato, num prazo de 48 h após solicitação;
- j) Disponibilização de documentação de formação e manuais de utilização da plataforma para todos os utilizadores finais e administrador (es);
- k) Realização de reuniões com o contraente público de acompanhamento da prestação de serviços, sempre que solicitado;
- l) Manutenção, durante o horário normal de expediente, por telefone ou através de correio eletrónico, de uma linha aberta de apoio às entidades envolvidas;
- m) Garantir a confidencialidade dos dados e encriptação das informações transmitidas;
- n) Garantir o cumprimento do RCM 41/2018, de 28 de março;
- o) Aplicação de metodologias e ferramentas de apoio às tarefas solicitadas.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, sem qualquer encargo para as entidades adjudicantes.

Cláusula 6.^a

Conformidade e funcionalidade dos bens

- 1 – O adjudicatário é responsável pela perda de informação colocada na plataforma, bem como os danos causados pela utilização da plataforma, nomeadamente os relacionados com eventuais interrupções, falhas técnicas ou outras limitações.
- 2 – A informação resultante da utilização da plataforma tem que ser acessível, após finalizado o prazo do contrato, à entidade adjudicante por um período não inferior a 5 anos. O acesso à informação tem que ser igual ao verificado durante a execução do contrato.
- 3 – Em todo o caso, o adjudicatário tem que garantir a existência de funcionalidade na sua plataforma que permitam à entidade adjudicante, em qualquer momento, fazer o *download* da informação.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 7.^a

Objeto do dever de sigilo

- 1 – A entidade adjudicante e o adjudicatário obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos objeto do contrato e tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários ou colaboradores que se encontrem envolvidos no procedimento ao qual deu origem.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.^a

Prazo do dever do sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Secção II

Obrigações do contraente público

Cláusula 9.^a

Preço contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal de Penalva do Castelo deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 – O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a 38 405,67 € (trinta e oito mil, quatrocentos e cinco euros e sessenta e sete cêntimos) acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte e armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 10.^a

Condições de pagamento

1 - A emissão das faturas depende de prévia autorização da entidade adjudicante.

2 - O preço será pago em prestações trimestrais, no prazo de 30 dias após a receção das faturas pela Câmara Municipal de Penalva do Castelo, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.

3 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novas facturas corrigidas.

4 - Não são admitidos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

Cláusula 11.^a

Fundamentação e prorrogação do prazo de execução

1 - O prazo contratual poderá ser prorrogado, a pedido fundamentado do adjudicatário e quando aceite pelo Município, ou por acordo entre as partes, decorrentes de circunstâncias existentes e atendendo ao interesse público.

2 - Constituem fundamento de prorrogação, desde que comprovados pelo adjudicatário e aceites pela entidade adjudicante, além dos descritos como casos de força maior, outros motivos internos à execução técnica dos trabalhos, desde que não resultantes de deficiente execução ou condução técnica dos mesmos.

3 - A prorrogação do prazo de execução será sempre feita através de requerimento, o qual deve indicar objetivamente as razões que fundamentam o pedido, o período de interrupção dos trabalhos ou o atraso estimado, consoante o caso, e o período de prorrogação pretendido.

4 - O adjudicatário deverá informar a entidade adjudicante sempre que ocorram factos que acarretem a interrupção dos trabalhos ou atrasem gravemente o seu desenvolvimento, sem prejuízo do cumprimento dos seguintes prazos imperativos:

- a) Nos casos de força maior, o adjudicatário deverá dar conhecimento à entidade adjudicante dos factos que fundamentam o pedido, nos cinco dias úteis subsequentes à sua ocorrência. Em caso de deferimento, o prazo de execução considerar-se-á automaticamente prorrogado, por período igual ao da suspensão dos trabalhos;
- b) Nos casos relacionados com motivos internos à execução técnica dos trabalhos, o requerimento do Adjudicatário deverá ser apresentado até quinze dias úteis antes de terminar o prazo a que diz respeito.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 12.^a

Penalidades contratuais

- 1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Penalva do Castelo pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, conforme definido no CCP.
- 2 – Em caso de resolução de contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 25% do valor global do contrato.
- 3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- 5 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos na presente cláusula.
- 6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.^a

Força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 – Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 14.^a

Formalização do contrato

1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário, após comprovada a prestação da caução, caso haja lugar a esta.
2. A minuta do contrato considera-se como aceite pelo adjudicatário quando este a aceite expressamente ou se dela não reclamar no prazo de 5 (cinco) dias subsequentes à notificação.
3. São admitidas reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta, no presente caderno de encargos e nos demais documentos que servem de base a este procedimento.
4. No caso de reclamação contra a minuta, a mesma será objeto de decisão no prazo de 10 (dez) dias, sendo considerada rejeitada se não for emitida decisão no mesmo prazo.
5. O contrato será celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias sendo encargo do Adjudicatário todas as despesas e encargos inerentes à sua celebração.
6. A Entidade Adjudicante comunica ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato.
7. Se a Entidade Adjudicante não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o Adjudicatário desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.

Cláusula 15.^a

Alterações do contrato

O contrato pode ser alterado por acordo entre as partes ou por decisão judicial unicamente com os fundamentos previstos no Artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos e dentro dos limites impostos no Artigo 313.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização expressa do Município.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário todos os documentos de habilitação exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
 - b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A autorização prevista nos números anteriores respeita o disposto nos artigos 317.º a 319.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.^a

Resolução por parte da entidade adjudicante

- 1 - A entidade adjudicante poderá resolver o contrato, sem qualquer prejuízo para o que já haja sido executado, sem que assista ao adjudicatário o direito de qualquer indemnização, quando este não cumprir as cláusulas contratuais ou quaisquer obrigações decorrentes do presente caderno de encargos e em especial nas situações de:
 - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao adjudicatário;
 - b) Incumprimento pelo adjudicatário de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c) Oposição reiterada do adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;
 - d) Cessão da posição contratual realizadas com inobservância do previsto na Cláusula 22.^a do presente caderno de encargos;
 - e) Quando o adjudicatário se dissolva, extinga por qualquer meio ou seja declarado insolvente;
 - f) Quando os meios disponibilizados pelo adjudicatário, para a prestação de serviços, sejam objeto de qualquer procedimento judicial de arresto, penhora ou qualquer outra providência similar que afete a sua disponibilidade e/ou aptidão para os fins contratuais.
- 2 - A resolução do contrato opera-se com a mera interpelação do adjudicatário por carta registada com aviso de receção contendo a invocação dos motivos determinantes de tal ato jurídico e, com pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência sobre a data de produção de efeitos.
- 3 - A resolução do contrato nos termos previstos no número anterior não prejudica o direito da entidade adjudicante ser indemnizada por quaisquer danos ou perdas decorrentes de incumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais.

Cláusula 18.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 – Nos casos previstos no n.º 1 desta cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

3 – A resolução do contrato nos termos do n.º 1 desta cláusula não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

4 – O direito de resolução é exercido por via judicial.

Cláusula 19.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1 - São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2 - Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 20.^a

Riscos, prejuízos e indemnizações

1 - São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer prejuízos causados pelo incumprimento do contrato e também os causados por si, ou pelo seu pessoal, à entidade Adjudicante ou a terceiros, durante a execução dos trabalhos.

2 - Pelas multas e indemnização a pagar pelos prejuízos causados respondem, em primeiro lugar, as importâncias que o adjudicatário tenha a receber, em segundo lugar, os depósitos de garantia e, finalmente, os restantes bens do Adjudicatário.

Capítulo IV

Resolução de litígios

Cláusula 21.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do círculo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V

Disposições finais

Cláusula 22.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1 – A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.^a

Legislação aplicável

A tudo que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

Cláusula 26.^a

Proteção de dados

1. O contrato, no que respeita ao tratamento de dados pessoais, tem a justificação legal do tratamento de dados pessoais necessários e fundamentais à prossecução da missão, atribuições e competências do Município de Penalva do Castelo;

2. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante e a entidade adjudicatária estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), adiante designado RGPD, sendo o Município de Penalva do Castelo responsável pelo tratamento de dados e a entidade adjudicatária o subcontratante, na aceção do n.ºs 7 e 8 do artigo 4.º, do n.º 1 do artigo 24.º e do n.º 1 do artigo 28.º todos do RGPD.

3. O tipo de dados, as categorias dos titulares dos dados, as operações de tratamento de dados pessoais bem como as condições de conservação e armazenamento e respetivo prazo de conservação serão devidamente especificados em anexo ao presente contrato, quando assim se justifique.

4. Entre as partes contratantes, respetivamente enquanto responsável pelo tratamento de dados e subcontratante, são estabelecidos e reciprocamente aceites os seguintes direitos e obrigações:

a) O Município de Penalva do Castelo (entidade adjudicatária) comunica o contacto telefónico e o endereço de correio eletrónico do seu Data Protection Officer (Encarregado de Proteção de Dados, DPO):

DPO: Anselmo Gomes de Almeida Sales

Avenida Castendo

3550-185 PENALVA DO CASTELO

Contacto Telefónico: 961357250

E-Mail: dpo@cm-penalvadocastelo.pt

b) O Município de Penalva do Castelo acede à informação e procede ao tratamento dos dados pessoais necessários à prestação de serviços abrangida pelo contrato, exclusivamente para esse fim, nos termos da legislação aplicável, assegurando antecipadamente o cumprimento das obrigações previstas no RGPD.

c) O Município de Penalva do Castelo deve fornecer, se requerido, a documentação necessária para demonstrar o cumprimento de todas as suas obrigações e permitir que eventuais verificações, previstas no âmbito do RGPD, sejam realizadas por ele ou por outra entidade credenciada ou por aquela mandatada para o efeito.

d) O Município de Penalva do Castelo deve assegurar que as pessoas autorizadas a processar ou a aceder a dados pessoais, nos termos e para os efeitos das especificações técnicas descritas no contrato, têm os conhecimentos necessários e especializados para aplicar as medidas técnicas e organizativas, de modo que o tratamento que efetuem seja conforme com o RGPD e demais legislação aplicável.

e) O Município de Penalva do Castelo obriga-se a manter os dados pessoais a que tenha acesso estritamente confidenciais, sendo responsável pela utilização dos dados pessoais e pelo cumprimento do dever de sigilo por parte dos respetivos trabalhadores, colaboradores, e entidades públicas ou privadas subcontratadas ou terceiros, quando for o caso.

f) O Município de Penalva do Castelo obriga-se a tomar em consideração os princípios da proteção de dados desde a conceção (Privacy by design) e da proteção de dados por defeito (Privacy by default), no que diz respeito às ferramentas que adquire e utiliza, produtos, aplicações ou serviços prestados por subcontratados.

g) O Município de Penalva do Castelo, no momento da recolha dos dados, para efeitos das operações necessárias a realizar, que possam envolver dados pessoais sob responsabilidade de tratamento da mesma, deve informar os titulares dos dados ou os seus representantes legais.

h) Para efeitos do número anterior, o Município de Penalva do Castelo deve manter os respetivos registos individualizados por titular de dados, por representante legal quando for o caso, por cada operação de tratamento.

i) O Município de Penalva do Castelo no cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 28.º do RGPD deve, no cumprimento da obrigação de responder aos pedidos de exercício de direitos dos titulares dos dados pessoais.

j) Quando os titulares dos dados pessoais, para efeitos de exercício de direitos legalmente protegidos, solicitarem diretamente ao adjudicatário, esclarecimentos sobre questões de privacidade dos sistemas de tratamento de dados, aquele deve enviar os pedidos, em caso de necessidade, para o seguinte endereço de correio eletrónico dpo@cm-penalvadocastelo.pt

k) O Município de Penalva do Castelo através do responsável pelo tratamento de dados, deve notificar de qualquer violação de dados pessoais, que cause impacto nos direitos do titular dos dados, de acordo com os critérios que venham a ser definidos pela autoridade de controlo nacional, num prazo máximo

de 24 horas após o conhecimento dos mesmos, através do envio de mensagem para o seguinte endereço de correio eletrónico dpo@cm-penalvadocastelo.pt, acompanhada de toda a documentação relevante a fim de permitir ao Município de Penalva do Castelo, enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º ou 34.º do RGPD.

l) A informação a disponibilizar pela entidade adjudicatária, deve conter toda a informação requerida pela autoridade de controlo nacional (Comissão Nacional de Proteção de Dados, CNPD) para efeitos de notificação de violação de dados pessoais, conforme informação disponibilizada em:

[Http://www.cnpd.pt/bin/notifica_rgpd/data_breach.htm](http://www.cnpd.pt/bin/notifica_rgpd/data_breach.htm)

m) O Município de Penalva do Castelo apoia em caso de necessidade, o responsável pelo tratamento de dados, na realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados, no âmbito do objeto abrangido pelo contrato, nos termos do RGPD.

n) As avaliações de impacto referidas na alínea anterior atendem ao Regulamento n.º 1/2018, da CNPD relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD) publicitado através do Regulamento n.º 798/2018, de 30 de novembro.

o) O Município de Penalva do Castelo compromete-se a implementar as medidas de segurança, previstas nas orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a dados pessoais definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março e outras medidas específicas que sejam necessárias implementar, nomeadamente as previstas no artigo 32.º do RGPD.

p) O Município de Penalva do Castelo deve disponibilizar, sempre que necessário, a lista dos colaboradores com autorização de acesso aos sistemas e à informação pessoal dos titulares dos dados que se encontrem sob a responsabilidade do mesmo, devendo manter uma cópia das declarações de compromisso de confidencialidade ou de sigilo dos mesmos.

q) O Município de Penalva do Castelo relativamente aos seus sistemas e plataformas informáticos, compromete-se a fornecer ao adjudicatário as instruções específicas que se revelem necessárias ao tratamento de dados pessoais, realizado pelo adjudicatário, abrangidos pelo RGPD e demais legislação aplicável.

r) A contratação, pelo Município de Penalva do Castelo, de outro subcontratante está sujeita à prévia autorização por escrito, geral ou específica da primeira outorgante nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 28.º do RGPD.

s) Os direitos O Município de Penalva do Castelo, atendendo à natureza do tratamento de dados pessoais objeto do contrato são os estabelecidos no RGPD e demais legislação aplicável.

t) O Município de Penalva do Castelo colabora com o Data Protection Officer (Encarregado de Proteção de Dados, DPO), facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 27.^a

Serviços de apoio à implementação da descentralização da Educação

A entidade adjudicante pretende adquirir pelo período de 36 meses, prestação de serviços de apoio na verificação, análise e validação de movimentos contabilísticos, ao Agrupamento de Escolas da sua responsabilidade no âmbito da Descentralização da Educação, conforme o quadro seguinte:

		Módulo	Descrição
			Componentes de Gestão
		Base/Estrutural	Integração com componentes Alunos das unidades Orgânicas; Sincronização estrutura escolar e alunos; Segurança da solução (ciber-segurança): mapeamento de riscos, plano de ação e melhorias, monitorização 24h/7d/ano, backups imutáveis, testes de penetração aplicacionais e de infraestrutura;
		Ação Social Escolar	Gestão da ação social, parametrização de unidades e escalões; Helpdesk ao longo do ano escolar
		Refeições Escolares	Registo, comunicação e faturação de refeições escolares de todos os ciclos de estudos Helpdesk ao longo do ano escolar
		Candidaturas Online	Efetuar as candidaturas aos serviços educativos de forma comoda Helpdesk ao longo do ano escolar
		Notificações / Comunicações	Notificar toda a comunidade escolar via email, SMS ou notificações internas; Criação de ofícios e comunicação; Helpdesk ao longo do ano escolar
	2 edifício(s)	Sistema de Gestão Bar, Papelaria e Portaria	Sistemas de Gestão operacional de cartões para Portaria, Bares e papelaria e outros pontos de venda nos edifícios do Agrupamento; Helpdesk ao longo do ano escolar;
	1 unidade(s) orgânica(s)	Sistema de Gestão da Unidade Orgânica	Gestão de Alunos, Vencimentos, Contabilidade, Inventário dos Agrupamentos e Plano Anual de Atividades Helpdesk ao longo do ano escolar;
		Acompanhamento, Apoio e Formação	Serviços de Acompanhamento da Solução. Gestão Municipal (SIGA) até 6 dias; Gestão Operacional (UNICARD) até 6 dias; Gestão Unidade Orgânica (INOVAR) até 6 dias.

Cláusula 28.^a

Perfil do técnico responsável pelos serviços

1 - Com o objetivo de garantir verificação, análise e validação de movimentos contabilísticos, pondera-se o acompanhamento por parte de um Técnico Contabilista, que garanta a conformidade de atos e procedimentos necessários em todo este processo.

2 - O serviço deverá contar no mínimo com um técnico, que terá um papel primordial na execução, verificação, análise e validação dos movimentos contabilísticos gerados no *software* de contabilidade dos Agrupamentos, assim como gerar relatórios de evidência, sugerir boas práticas, organizar procedimentos e elaborar relatórios de e para a gestão.

3 - Este Recurso deve assumir a responsabilidade de supervisão da inscrição dos documentos contabilísticos. Os cabimentos e autorizações serão, como sempre, assegurados pelo conselho administrativo da unidade orgânica.

4 - Este Técnico terá a responsabilidade de supervisionar os movimentos contabilísticos das unidades orgânicas, com o objetivo de identificar eventuais disparidades e sugerir correções aos serviços técnicos das escolas. Assegurando-se a estabilidade, transparência, sustentabilidade e fiabilidade na prestação de contas.

5 - Serão aplicadas as regras do Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas baseados em Regras de validação aplicadas às estruturas de recolha de informação orçamental e económico-financeira preparada de acordo com o SNC-AP.

6 – Será, também, dado apoio aos Agrupamentos de Escolas na elaboração os seguintes suportes para o conselho administrativo:

- a) Verificação de saldos de caixa e contabilísticos;
- b) Reconciliação bancária
- c) Balancetes (contabilidade unigráfica e contabilidade digráfica (orçamental, financeiro, gestão);
- d) Fluxos de caixa;
- e) Folhas de caixa;
- f) Mapas de execução orçamental da receita e da despesa;
- g) Conta correntes de pessoal e de material;
- h) Requisição de fundos;
- i) Mapa de discriminação de saldos;
- j) Verificação da reconciliação bancária;
- l) Verificação das receitas recebidas e entregues;
- m) Fundos disponíveis.

Cláusula 28.^a

Língua dos documentos e software

Toda a documentação, incluindo a proposta, manuais, relatórios e os interfaces de *software* tem que ser em Português (Europeu).

Penalva do Castelo, 26 de fevereiro de 2025

A Vereadora,

(Lucília Maria Silva Santos)